

## DISCURSO

(Do Senhor Deputado José Augusto Curvo - TAMPINHA))

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares.**

Faço uso desta tribuna mais uma vez para parabenizar e solidarizar-me com o **SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho** que tem sede e foro em Brasília, e em cada Estado, uma Delegacia Sindical que representa os interesses da Entidade, de seus associados e dos integrantes da categoria.

Realmente este Sindicato tem demonstrado uma força impar, nunca visto anteriormente na república brasileira. O projeto de Lei que reestrutura essa carreira sequer saiu da Casa Civil da Presidência da República para votarmos aqui no Congresso Nacional. Mais de sete meses após a assinatura de acordo entre o SINAIT e o Governo Federal, o PL ainda está parado no âmbito do poder executivo, sem definição de data para ser encaminhado à esta Casa.

Somos representantes do Povo Brasileiro nesta casa, os Auditores-Fiscais do Trabalho, são fundamentais na garantia dos direitos dos trabalhadores brasileiros, bem como, na preservação de acidentes do trabalho. É salutar sua apreensão, por se sentirem prejudicados em relação aos demais servidores que, inclusive, já tiveram seus projetos sancionados ou enviados a esta Casa.

Senhor presidente, pasmem! Aqui quero declinar o projeto de lei dos policiais federais e de mais quatro carreiras que aqui já tiveram suas aprovações pelas comissões desta Casa. Em 9 de novembro foi votado na comissão especial o PL 5.864/16 em acordo assinado com a receita Federal do Brasil. Esses fatos contradizem a sinalização do Governo Federal de que os projetos de lei de todas as carreiras, ainda sem reajustes, seriam votados em conjunto nesta Casa.

Entretanto, até o momento, o projeto de lei dos Auditores-Fiscais do Trabalho sequer foi apresentado pelo governo aqui no parlamento brasileiro, desvalorizando e enfraquecendo a fiscalização do trabalho, que é sem sobra de dúvida o caminho mais justo e barato para o Brasil.

Nesse sentido, me somo aos milhares de brasileiros e as instituições consolidadas desse nosso país, para juntos fazermos o nosso papel de cidadão do bem, doa a quem doer, pois cada político ou agente público desse país deve prestar contas de seus trabalhos perante ao povo brasileiro, porque assim reza o Art.1º parágrafo único da Constituição de 1988; **“Parágrafo único. *Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.***

Por todo exposto, reitero, aos pares aqui presentes o meu apoio a essa categoria que tanto

contribui para o desenvolvimento social e econômico do nosso país.

Peço que registrem nos meios de comunicação da Casa.

Sala das Sessões 29 de novembro de 2016

**José Augusto Curvo – TAMPINHA**

**Deputado Federal**

PSD/MT